

## O “ANTIGO” E O “NOVO” NO DEBATE DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ACADÊMICA (1961-1979)

### “OLD” AND “NEW” IN THE BRAZILIAN ACADEMIC HISTORIOGRAPHICAL DEBATE (1961-1979)

Wesley Rodrigues de Carvalho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo trabalha com a hipótese de que as ideias de “antigo” e “novo”, ou “tradicional” e “moderno”, eram balizas simbólicas fundamentais da discussão historiográfica no período. Observando registros da Associação dos Professores Universitários de História (APUH – mais tarde chamada ANPUH) e da produção historiográfica das pós-graduações da Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Paraná e, principalmente, da Universidade Federal Fluminense, analisa-se como esta tensão intelectual teria se processado. O recorte cronológico justifica-se por ser o período compreendido entre o primeiro simpósio da APUH e o momento da anistia e de um contexto político brasileiro que gera mudanças nos perfis institucionais e historiográficos dos cursos de História e da ANPUH.

**PALAVRAS-CHAVE:** história intelectual; história da historiografia; Annales.

**ABSTRACT:** This paper sustains that the notions of “old” and “new”, or “traditional” and “modern”, were important symbolical references on the historiographical debate in the 1960s and 1970s. It analyses this intellectual tension on records of the History Professors Association (Associação dos Professores Universitários de História (APUH – latter called ANPUH)) and on the academic production of the post-graduate programs of Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal Fluminense (UFF). The chronological approach is defined by the moment in which the APUH performs its first congress, and the time in which the political amnesty and the political context as a whole generate institutional and historiographical changes in History courses and in the ANPUH.

**KEYWORDS:** intellectual history; history of historiography; Annales.

---

\* O artigo é decorrente de pesquisa de doutorado que produziu a tese “O curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense: Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico nos anos 1970” (2019).

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: carvalho.wr@gmail.com

Na leitura de Pierre Bourdieu, a definição do que é boa e correta ciência é objeto de disputa no campo:

Na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo está sempre em jogo o poder de impor uma definição de ciência [...] que mais esteja de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos [...].

Assim, a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segunda a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem (BOURDIEU, 1983: 125).

Trabalharemos com a hipótese de que no meio acadêmico da História, no período destacado, duas propostas historiográficas concorriam. Tal como aparecem em fontes primárias e em estudos dedicados à história da historiografia, a essas propostas historiográficas nos referiremos como sendo uma “antiga” ou “tradicional” e outra “nova” ou “moderna”. Assim o faremos a despeito da consciência de que classificar dessa forma uma oposição parece assumir acriticamente a narrativa do lado vencedor que carrega a alcunha do moderno – veja-se, por exemplo, trabalho de François Dosse que mostra justamente que o discurso de renovação historiográfica que os *Annales* apresentavam continha deturpações: a fim de acentuar a ruptura intelectual que estariam promovendo, acabaram, por exemplo, por encobrir que elementos “novos” já poderiam ser encontrado nos historiadores “antigos”. Em “*A história em migalhas*”, Dosse nos aponta que as propostas epistemológicas dos *Annales* já tinham difusão no meio intelectual francês, sendo a grande realização de Marc Bloch e Lucien Febvre não a invenção de ideias, mas a mobilização delas em um projeto de luta e conquista institucionais (DOSSE, 2003). Outro problema de operar com termos que marcam a dicotomia “novo” e “velho” é que eles espremem em rótulos pensamentos que possuem diversidade de características. Não obstante – e essa é a dimensão que interessa para o

argumento e que pretendemos demonstrar - se tratam das principais noções sob as quais acadêmicos se orientaram simbolicamente nas décadas de 1960 e 1970.

Uma importante fonte para se entender as tensões dos intelectuais dos cursos de História são os anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior que, reunindo docentes de diversas partes do país, aconteceu em Marília, no ano de 1961, onde foram dados os primeiros passos para a construção da futura Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) – primeiramente chamada Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Além de debaterem a reforma universitária, então assunto político sensível a ponto de certo grupo de professores quererem excluí-lo da pauta, o Simpósio também se dedicou a pensar os currículos dos cursos de História. Várias vezes se colocaram demandando uma inovação das características do que era ensinado. Professores como Cecília Westphalen, Maria Yedda Linhares, Francisco Falcon, José Olegário de Castro, entre outros, falaram da importância do estudo da Economia, da ênfase que se deveria ter em História Econômica e Social, de que a História tivesse maior entrosamento e adotasse os métodos de outras Ciências Sociais (SIMPÓSIO, 1962: 89-90; 98;138). Colocavam-se contra o conteudismo, ou seja, uma História que primasse pela veiculação de informações. Em seu lugar, deveria se trabalhar novos métodos e técnicas. Para Cecília Westphalen,

A História não tem necessidade de continuar utilizando o método da História Tradicional. Há lugar para aplicar os métodos e técnicas das demais ciências sociais. Já que não é possível ensinar tudo, o mais importante é a transmissão de técnicas de trabalho. (SIMPÓSIO, 1962: 112)

Vai no mesmo sentido a colocação de Eduardo França:

É preciso renunciar a dar matéria ou toda a matéria; e em lugar da matéria dar técnica de trabalho. O professor deve procurar levar o aluno à reflexão [...] A matéria deve ser dada como pretexto para transmitir uma técnica, desenvolver o espírito crítico do aluno; a aula como maneira de despejar conhecimento é discutível e sua utilização deve ser revista. (SIMPÓSIO, 1962: 104)

Nas palavras de Eremildo Viana, a História corria o risco de se tornar enciclopedismo medíocre e barato (SIMPÓSIO, 1962: 145). Para Alice Canabrava, a História como uma ciência ainda se encontrava na “*infância*” pois estaria “apenas transpondo a sua fase empírica – a fase do relato, do arrolamento dos fatos registrados – e que acaba de chegar ao campo do conhecimento racional.” (SIMPÓSIO, 1962: 121). Canabrava também opõe a história narrativa (que chama “*evenementielle*” ou história “*historizante*”) a uma outra, que é aprofundada com o concurso de outras ciências e onde se destacariam as análises quantitativas. (SIMPÓSIO, 1962: 124)

Em oposição a esses que demandavam novas abordagens nos cursos, temos, por exemplo, Pedro Calmon afirmando que a narrativa e a descrição – assim como a explicação e a interpretação – devem fazer parte da História. Por sua vez, Olga Pantaleão, questiona a integração da História com outras Ciências Humanas tal como proposto por “...certas correntes existentes entre nós, que querem modificar-lhe a posição e dar-lhe novo conteúdo...”(SIMPÓSIO, 1962: 232)

A relação entre o estudo da História e as questões do presente também ocupou os professores cujas manifestações foram registradas nos anais. Eduardo França apontou que pesquisas sobre o passado são suscitadas por questões da atualidade, de forma que a História deve corresponder às solicitações em torno dos problemas sociais, e no mesmo sentido se posicionou Francisco Iglésias (SIMPÓSIO, 1962: 104). Maria Yedda Linhares seria mais enfática na sua posição apontando a educação como instrumento de mudança social para se trabalhar as questões da “*autodeterminação política*”, “*independência econômica*” e “*justiça social*”:

Julgamos apenas conveniente lembrar aqui a nossa posição como educadores e o nosso dever de participar nos acontecimentos, colocando nossas ideias em sintonia com os tempos que vivemos. Do contrário, ficaremos à margem da História, como no passado.(SIMPÓSIO, 1962: 163)

Diferentemente, Olga Pantaleão se mostrou refratária à ideia de que a História deve servir para explicações sobre os momentos atuais do Brasil: “No tocante a esta questão, devemos ensinar a História como uma ciência

independente, sem pensar na sua sujeição a interesses do momento.” (SIMPÓSIO, 1962: 229-0)

Permearam este encontro muitas outras discussões que denotam a concorrência de propostas. O professor e padre Emilio Silva colocaria que “São as ideias que governam o mundo, não a produção ou a economia.” (SIMPÓSIO, 1962: 129). Os participantes do simpósio refletiram com diferentes posições sobre a presença nos currículos de cursos como Tupi, Paleografia, Numismática, Pré-História, Economia, Sociologia, História Eclesiástica, Introdução aos Estudos Históricos e outros. Ponto de debate também foi o papel dos cursos de graduação no tocante às pesquisas – referidas por alguns através do termo “especialização”. Enquanto certos docentes (como Fernando Lima e Francisco Falcon) queriam, por variados motivos, reforçar a ênfase das Faculdades de Filosofia na formação de professores para o ensino secundário, outros (como Olga Pantaleão) entendiam a necessidade de estudantes se voltarem com mais volume às fontes primárias (SIMPÓSIO, 1962: 209, 215, 235). Entre as conclusões do simpósio, se apontou que os currículos deveriam cuidar mais de História Contemporânea; que História da América e do Brasil deveriam abordar assuntos de economia, sociedade e cultura, e não apenas a narrativa cronológica de aspectos político-administrativos; o Tupi deveria ser retirado dos currículos; e os alunos deveriam ter “treinamento no campo da técnica do trabalho do historiador” (SIMPÓSIO, 1962: 302-3).

Como colocou Olga Pantaleão neste simpósio de 1961, o sentimento geral era o de que ninguém estava satisfeito com os cursos, sendo inclusive esta uma motivação para acontecer o encontro (SIMPÓSIO, 1962: 220-1). A profusão de propostas e diferenças nos indica haver naquele momento uma crise de capital simbólico entre os professores universitários. Ou seja, não havia consenso sobre o que seria cientificamente válido, superior, correto (o que em seu léxico conceitual Bourdieu chama de “ortodoxia”). Se é evidente que no campo das ciências – talvez mais especialmente o das humanas – verifica-se sempre divergências entre os agentes, o que se nos apresenta neste início da década de 1960 nos parece uma especial situação. Isto não porque se versava

sobre as características mais elementares do ofício profissional de professor de História e historiador – ou seja, por meramente se tratar de conteúdos importantes. Mas principalmente pelo fato de os “novos” estarem em ofensiva reformadora nas instituições, pautando a caducidade de uma certa produção científica, procurando estabelecer a autoridade das referências que carregavam e promovendo choques (situação, aliás, potencializada pelo engajamento e as incertezas do cenário político nacional). Suas propostas científicas, *naquele contexto*, alterariam as bases de prestígio (poder simbólico) acadêmico, o que redefiniria dominantes e dominados no interior do campo.

Estudando não apenas este primeiro simpósio de professores, mas tendo como objeto a APUH/ANPUH nas décadas de 1960 e 1970, uma das questões do trabalho de Paulo da Silva é justamente a problemática que aqui levantamos, onde procura entender como se estabeleceu o predomínio de um certo grupo e suas orientações e regras quanto à definição do perfil profissional e do modelo de História a ser escrita e ensinada. Para o autor, os primeiros anos da instituição estão divididos entre os que defendem e os que combatem mudanças nos estudos históricos. Acabou vigorando um ideal de modernização que “...evidencia-se nas propostas e discussões relatadas nos Anais dos simpósios, cuja memória selecionou e conferiu visibilidade e destaque, construindo silêncios em torno de outras propostas, orientações e modos de ver a história.” (SILVA, 2014: 15). Apesar de certa diversidade de significados, de maneira geral essa História “nova” era compreendida por estar sintonizada com o tempo presente, com estímulo à prática da interdisciplinaridade, pelo diálogo com as ciências sociais e identificada predominantemente com as orientações dos Annales. A APUH/ANPUH também ajudaria a cristalizar a hierarquia entre saberes compreendendo o professor do ensino básico como vulgarizador do conhecimento produzido academicamente. Se os dois primeiros simpósios da instituição demonstram um grande nível de embate, a partir do III Simpósio passam a dominar a entidade professores de São Paulo (os do Rio foram mais diretamente atingidos pelo golpe de 1964) influenciados pelos franceses ligados às propostas dos Annales. (SILVA, 2014: 16, 217)

Em uma das colocações trazidas pelo estudo de Paulo da Silva, Francisco Carrión da UFRGS, no IV Simpósio em 1967, menciona negativamente os historiadores dos acontecimentos superficiais que fazem o “jogo estético” ao invés do conhecimento científico. Pronunciando-se por ocasião dos dez anos da Associação, Alice Canabrava aponta que o “*amadorismo*”, outro elemento dos “antigos”, preocupado com nomes e datas, e presente nos anos 1960, estaria desaparecendo no início da nova década. Assim também coloca Eurípedes Simões de Paula, influente docente da USP e presidente da ANPUH até 1977, quando de seu falecimento (SILVA, 2014: 285-8). Como demonstra Silva, a retórica do antigo versus novo, tradicional versus moderno, foi fundamento na definição da identidade construída na APUH/ANPUH para a História e seus profissionais, em que se valorizava principalmente, ainda que não exclusivamente, referências dos *Annales* e da USP (SILVA, 2014: 315).

Relembramos que aqui não estamos supondo que características do conhecimento histórico possam ser meramente identificadas em bloco como “influenciada pelos *Annales*” ou “tradicional”. Elementos do que se entendia como “antigo” e “novo” se interpenetram, e podemos até mesmo imaginar a existência de historiadores que tenham um discurso de vanguarda, mas que produzam uma História “tradicional”. O nosso ponto é evidenciar que havia balizas para que os intelectuais se situassem simbolicamente.

Outra fonte importante para nós é o livro *Métodos da História*, escrito por Ciro Cardoso e Héctor Brignoli no início dos anos 1970 (e publicado em 1976). Tendo se formado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) em 1965, concluído pesquisa na França, atuado na Costa Rica e no México, e se tornado historiador de influência mesmo antes de sua volta ao Brasil, em 1979, quando promoveu uma mudança forte no curso de mestrado (FALCON, 2013), a visão de Ciro Cardoso sobre a historiografia se mostra relevante para compreendermos o que estava em jogo quando historiadores faziam História naquele momento.

Para Cardoso e seu co-autor, Brignoli, se em muitos lugares não faria mais sentido combater a “velha história”, “Desgraçadamente não podemos dizer o mesmo da Ibero-América, onde só o atraso cultural continua a justificar a vigência, e até o predomínio, de uma visão positivista e anacrônica da história.”(CARDOSO & BRIGNOLI, 2002: 15). O primeiro capítulo trata da evolução então recente da História, onde resume que o caminho percorrido tem seu início na História linear dos fatos singulares até chegar na História das estruturas, onde se deixa para trás as noções de imparcialidade e neutralidade. Em colocação lapidar, temos que “Um certo número de termos resume o essencial da nova problemática e metodologia que a história veio adotando nos últimos quarenta anos: quantificação, conjuntura, estrutura, modelo.”(CARDOSO & BRIGNOLI, 2002: 25). A quantificação e a ideia de totalidade têm grande significado nesse movimento que vai “Do acontecimento à estrutura; da curta à longa duração; do individual ao coletivo.”(CARDOSO & BRIGNOLI, 2002: 29.) Haveria também um grande ganho epistemológico, uma vez que os historiadores tem exposto suas hipóteses antes implícitas e não confessadas: “as certezas ou verdades “definitivas” da historiografia positivista pertencem ao passado”(CARDOSO & BRIGNOLI, 2002: 29).

O próprio Métodos da História faria parte desse movimento de renovação historiográfica que estaria em curso mesmo na “atrasada” América Latina:

Claude Lévi-Strauss descreve-nos as ciências sociais e/ou humanas como disciplinas ainda em sua “pré-história”, ciências em processo de construção, cujo ponto de referência e modelo é constituído pelas verdadeiras ciências: matemática, física, etc.. De modo análogo, a história surge como uma disciplina que, ao contato com outras ciências sociais torna-se, pouco a pouco, uma ciência social afastando-se cada vez mais de seu passado filosófico e literário e das ilusões cientificistas do positivismo. (CARDOSO & BRIGNOLI, 2002: 44)

Com o que trazemos de referências, não estamos supondo que essa tensão “tradicional” e “moderna” fosse a única existente ou relevante no debate sobre as concepções de historiografia nesse momento que estudamos.



Através dos estudos de Rebeca Gontijo e Fábio Franzini (2009), e Gontijo e Maria Glória de Oliveira (2016), vemos que outros debates eram feitos pelos pesquisadores e docentes enfatizando o caráter ideológico dos estudos, a questão do nacionalismo, a relação entre historiografia e desenvolvimento, entre outros. Contudo, nos registros sobressai a ideia de que estaria ou deveria estar em processo uma renovação intelectual, uma superação de um modo de ser historiador e docente, um real progresso sobre aquilo considerado atrasado, e sua forma é uma réplica do discurso de afirmação de Marc Bloch e Lucien Febvre na França da primeira metade do século XX. Essa tensão “antigo” e “novo” foi pano de fundo de uma disputa científica (também necessariamente uma disputa política no campo em suas dimensões específica e temporal (BOURDIEU, 1983) no interior do curso de mestrado da UFF no momento de definição de suas áreas de concentração. Na leitura de Francisco Falcon, que participou de planejamentos para o início do curso em 1970 e foi docente a partir de 1977, por conta dos “brasilianistas” o mestrado foi dominado por uma perspectiva “tradicional” que gerou dissertações de má qualidade (FALCON 2013). Foge ao escopo deste artigo uma discussão mais detida sobre o perfil intelectual destes profissionais e se o rótulo com que foram impressos faz jus aos seus trabalhos publicados ou atuações docentes. Mas estudos sobre o mestrado da UFF (CARVALHO, 2019; CORRÊA, 2001) tem referências abundantes justamente à tensão que estamos levantando. Se estiver correta a nossa suposição de que “antigo” e “moderno”, como definições imprecisas mesmo, eram as principais classificações da historiografia universitária, categorias que mediavam o discurso legitimador de uma certa prática científica, como esta disputa teria se processado nas dissertações de História da UFF na década de 1970?

Percebamos primeiramente a descontinuidade entre o verificado no mestrado da UFF nos anos 1970 e as disputas intelectuais vividas no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (futuramente UFRJ) de finais de 1950 e primeira metade da década seguinte. Este curso de História da cidade Rio de Janeiro é fundamental para a

compreensão histórica do mestrado da UFF, apesar da diferença geográfica. Na FNF*i*, através de seu vibrante alunado e de alguns docentes, se mantinha no debate público uma postura que podemos identificar como vanguardista, renovadora. Pautavam-se por uma necessidade de mudar a forma do ensino de História, universitário e secundário, que estaria segundo o seu discurso dedicada ao factualismo, alheia às questões do presente e com pretensões de neutralidade. Reclamavam também a necessidade de novos temas, valorizando, por exemplo, aspectos econômicos. Suas formulações estiveram expressas sobretudo no Boletim de História - publicação de iniciativa estudantil de finais dos anos 50 - e no sintomaticamente chamado História Nova, livro didático construído nos escritórios do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), mas com a participação de formados pela FNF*i* (e membros do PCB). Como parte de uma juventude daquele período que projetava o futuro com anseios de mudanças sociais profundas, suas leituras sobre a História acadêmica e escolar carregavam uma concepção de destruição do antigo e de desenvolvimento de algo superior, de maiores densidade intelectual e direcionamento político. Seu engajamento em torno do conhecimento histórico tinha na mira aspectos organizativos e institucionais do curso de História, além de ressoar com a política nacional (PEREIRA 2010; FERREIRA 2013). Esse movimento foi dissipado pelo golpe de 1964 e seria de bem menor agitação contestatória o ambiente onde nasceu o curso de mestrado da UFF. Isso não significa, de forma alguma, dizer que os cursos fluminenses de História da década de 1970 não projetassem evoluções científicas, mas que, no Rio de Janeiro, o principal motor e estímulo para a reflexão historiográfica renovadora, o movimento estudantil e alguns docentes engajados, tiveram suas ações embarceiradas com a emergência da ditadura.

Porém, obviamente, não seria a luta social a única fonte de historiadores, estudantes e professores de História. Para avançar na compreensão do quadro das disputas historiográficas que levantamos, observemos agora as especificidades da evolução científica de outras instituições, considerando aspectos políticos, administrativos e a tradição

intelectual. Nossas observações se concentrarão ao produzido na USP e na UFPR porque temos em relação a estas universidades maior base de informações em fontes secundárias e também porque junto com a UFF respondem por mais de 70% da produção acadêmica de História entre os primeiros frutos da reforma universitária e 1979: na USP, foram defendidos 132 trabalhos (43,8%); na UFF, 56 (18,6%); e na UFPR, 33 (10,9%) (CÔRREA, 1987).

Não conhecemos ainda muitas histórias dos cursos de História que contemplem as diversas regiões do país e, muito menos, uma síntese embasada que abarque a historiografia produzida nas diferentes pós-graduações da década que estudamos. Entretanto, em relação ao curso de Mestrado da UFPR, encontramos referências para nossas questões na pesquisa realizada por Daiane Machado. Em 1938, Curitiba recebeu o terceiro curso de História e Geografia criado no Brasil (os primeiros foram em São Paulo e no Rio de Janeiro). As definições científicas que veio a ter esse curso tem como uma de suas referências centrais a figura de Cecília Westphalen. Os primeiros estudos dessa historiadora, um dedicado ao Paraná outro a Carlos V, tem preocupação com fatos e cronologias, em uma historiografia semelhante à feita nos institutos históricos e geográficos. Em relação ao trabalho sobre Carlos V, destaca-se o aspecto biográfico em que a ação política é a chave de compreensão do processo histórico. A leitura de Westphalen mudaria decisivamente a partir de contatos com estudiosos europeus, entre eles Fernand Braudel. A historiadora então se lançou a pesquisar o porto de Paranaguá, pensando a economia paranaense do século XIX através de métodos quantitativos. Já na década de 1960, Westphalen projeta na graduação o trabalho de arquivos com fontes quantitativas com financiamento do Estado do Paraná a partir de órgão do governo de que a própria professora participava. Estudantes de graduação então teriam o trabalho com fontes como parte de sua formação. Em 1972, a pós-graduação da UFPR foi instituída. As linhas de História Econômica e História Demográfica remetiam a planos que se originaram em 1959, de forma que o mestrado pode ser compreendido como extensão da graduação, uma

continuação do que ali já era pensado e produzido. Consolidou-se na instituição um pensamento matemático, com disciplina obrigatória voltada para a estatística e o processamento de dados e uma prática historiográfica que inclusive contava com uso de computador IBM. Um slogan mobilizado por Westphalen era “*pas des chiffres, pas d'histoire*” (sem cifras, sem história) (MACHADO, 2016a; MACHADO, 2016b).

Alguns elementos nos indicam que o curso de Mestrado da UFPR, tanto em relação ao seu corpo docente quanto à sua produção discente, foi muito mais homogêneo e coeso intelectualmente que aquele da UFF, que tinha uma alta rotatividade de professores (UNIVERSIDADE, 1986). Até 1979, período em que se encerra nosso recorte, a UFPR produziu 33 trabalhos dos quais apenas 4 docentes foram orientadores, os principais intelectuais do programa: além de Westphalen, Altiva Balhana, Oksana Boruszenko, e Pinheiro Machado. Havia consenso bibliográfico em torno dos *Annales* e das proposições de Braudel, e ao longo da década de 1970, professores foram à França obter seu doutorado junto a referências do trabalho quantitativo e serial que tinham relações com Westphalen e seu grupo. Os títulos das dissertações produzidas são também indicativos da atenção bastante centrada em estudos populacionais e de atividade econômica. Como aponta Machado, havia “*enlace*” entre projetos de pesquisa docente, ensino na graduação e formação do docente para o mestrado, e estabilidade desse quadro historiográfico dentro do curso. Apenas na década de 1980 passariam a chegar mais significativamente na UFPR leituras de Michel Foucault, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, fazendo frente ao que Westphalen havia impresso na instituição. Sob a liderança de Westphalen, profissional com projeto científico de fôlego e com entrada e contatos com órgãos governamentais brasileiros e intelectuais europeus, afirmou-se em Curitiba, de forma hegemônica, uma certa prática historiográfica. Se comparamos vários dados do mestrado da UFPR e da UFF como número e perfil de orientadores e docentes e a exploração temática das disciplinas e dissertações, temos que o programa de Niterói é bem mais diverso, ou disperso (além do primeiro ter sido, assim o depreendemos de nossa leitura de Machado,

também mais organizado e planejado intelectual e institucionalmente, enquanto que o da UFF era marcado bastante por improviso e casuísmo (CORRÊA, 2001)) Se retomarmos o binômio “velha” e “nova” historiografia presente no I Simpósio dos Professores Universitários - e, aliás, presente também na biografia de Westphalen que se deslocou de uma forma para outra – temos que a tensão foi resolvida categoricamente em Curitiba, já nos anos 1960. A década seguinte, quando se inicia a pós, encontrou profissionais afinados pelas mesmas referências e objetivos, além de solidez institucional, um dos frutos da atuação da historiadora que circulava por espaços de poder.

Além da UFPR, a Universidade de São Paulo também foi um espaço de difusão das perspectivas francesas. Local onde se primeiro criou um curso de História no país e principal centro de produção de pesquisas no período que analisamos, é, pelo seu volume, a principal porta de entrada da inovadora escola dos *Annales* no Brasil. Desde a década de 1930, quando de sua criação, ela teve em seus quadros professores que vieram a fazer parte do círculo da influente revista francesa, como Emile Coornaert, Fernand Braudel, Jean Gajé, Emile Leonard e Jean Glénisson. Em seus cursos, esses profissionais privilegiavam estudos econômicos e sociais e tiveram grande influência na formação de novos quadros. O artigo de Capelato, Glezer e Ferlini (1995) cita a influência francesa das pesquisas de docentes brasileiros da instituição, como Eurípedes Simões de Paula, Pedro Moacir Campos, Eduardo d'Oliveira França, Alice Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello e Olga Pantaleão. Para os pesquisadores Diogo Roiz e Jonas dos Santos (2012: 43), a USP abalaria o domínio dos Institutos Históricos e Geográficos afinados pela “historiografia metódica”. Outro elemento que marca a influência francesa foi a criação da Revista de História em 1950, pensada por uspianos para ser uma versão brasileira dos *Annales* (ROIZ & SANTOS, 2012: 181-6). Não obstante, encontravam-se presentes no curso professores que eram identificados como “tradicionais” como Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr.. A memória deste último professor esteve associada ao conservadorismo, à desatualização e ao positivismo, o que novamente evidencia a tensão que estamos destacando (ROIZ, 2012: 120). (Porém, e como

sinal de que não resiste à análise supor que o “tradicional” comporte algumas atribuições fixas, temos que Ellis Jr. pautava a determinação econômica - traço geralmente associado ao marxismo e à renovação - além de supor que o historiador deva tomar partido, muito embora paradoxalmente também compreendesse a necessidade de imparcialidade de relatos. (ROIZ, 2012: 134)). Se, pela presença deste professor, se observava na faculdade paulista que, junto à tradição dos Annales, havia uma outra “nacional” e ligada genericamente à escola metódica e ao autodidatismo, esse quadro sofreria desequilíbrio no ano de 1956 quando Ellis Jr. é substituído por Sérgio Buarque de Holanda na cátedra de História da Civilização Brasileira (ROIZ & SANTOS, 2012: 166-7). É notável que apesar de ter feito parte de sua formação na Alemanha onde teve influência weberiana, Holanda encampe o discurso dos Annales, como o demonstra artigo publicado na Folha da Manhã em que elogia o livro póstumo de Marc Bloch. Em outra ocasião, em 1973, o a essa altura pai do Chico publicou texto para O Estado de São Paulo chamado “Sobre uma doença infantil da historiografia”, onde comenta que estava condenada ao fim “*a história unicamente factual*” (ROIZ & SANTOS, 2012: 177.)

Em relação à produção acadêmica discente da USP, Laima Mesgravis (1983) conta que desde 1939 as teses da USP já eram uma reação contra a História tradicional que se fazia nos Institutos Históricos. Se nos fiarmos à síntese que fizeram Capelato, Glezer e Ferlini (1995: 28) sobre os 83 estudos de pós-graduação defendidos na USP entre 1951 e 1973, temos que a influência dos Annales foi “*persistente*”, havendo também uma significativa incorporação de reflexões marxistas. Aponta no mesmo sentido Marcia Mansor D'Allessio, que teve como corpo documental de seu artigo todos os trabalhos acadêmicos entre 1930 e 1970 realizados na USP e na PUC/SP. Nos informa D'Allessio que nos primeiros anos da década de 60, enquanto a referência a Marx é pequena, começam a surgir com frequência na bibliografia obras de historiadores franceses como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Pierre Vilar, fomentando abordagens que pensem “estrutura”, “conjuntura” e

“fato”. Na década seguinte, se somariam a esses Delumeau, Le Goff e Soboul (D’ALESSIO, 1994).

Enquanto em Curitiba e em São Paulo, as referências francesas dos *Annales* ocupam centralidade, em Niterói elas são menos que residuais. Considerando as 51 dissertações defendidas pelas três primeiras turmas nos anos 1970, Frederic Mauro aparece apenas em 3 bibliografias. Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Georges Duby e Robert Mandrou, em apenas uma. Marc Bloch e Lucien Febvre em nenhuma. Quem tem presença relativamente maior, em 4 dissertações, é Pierre Chaunu, por ser autor dedicado à História da América, uma das áreas de concentração do mestrado. Dado interessante é que na Revista de História da USP, evidenciando a filiação francesa de seus profissionais, entre 1950 e 1977, foram resenhados 46 livros franceses. Dos Estados Unidos, que chegou a ser o principal centro de produção historiográfica sobre História do Brasil, foram resenhados 12 trabalhos, mesma quantidade dedicada a livros produzidos no restante da América Latina. Ora, se por um acaso docentes do mestrado da UFF, boa parte deles estadunidenses e americanistas, organizassem uma revista, seria de esperar esses números invertidos.

A produção de Niterói está também bastante marcada pela historiografia que, sob influência do discurso dos *Annales*, seria identificada como “tradicional”: foco nos documentos e agentes de Estado, com uma abordagem factualista. Assim são os trabalhos sobre a “A Constituinte de 1823: uma interpretação” (MOLITERNO, 1974), “A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915” (TEIXEIRA, 1976), A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira.” (TELLES, 1978). Outros desses estudos são fortemente centrados em indivíduos, explorando suas subjetividades, levantando elementos como firmeza de caráter, boas intenções patrióticas e genialidade: “O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo” (OLIVEIRA, 1978); “O sentido do govern Balmaceda (1881-1891)” (PINTO FILHO, 1978); “O pensamento político de Símon Bolívar” (EL-JAICK 1979); “O pensamento de

Sarmiento” (SADLER, 1979). Estas 4 dissertações têm também colocações epistemológicas e metodológicas que apontam para o objetivismo, isto é, não entendendo que o historiador tenha um papel ativo na construção do conhecimento: "O civilismo equatoriano..." e "O sentido do governo Balmaceda..." nos informam empreender análise imparcial não movida a paixões, enquanto "O pensamento político..." e "O pensamento de Sarmiento" explicitam que seu método é deixar suas personagens falarem sem interferências. Os estudos citados nesse parágrafo seriam os que melhor se encaixam no modelo de historiografia “antiga” que, como vimos, uma parte substantiva dos acadêmicos brasileiros estava combatendo. Características “antigas”, entretanto, podem ser encontradas difusamente em muitos outros trabalhos produzidos no mestrado da UFF até 1979: narrativas estritas à esfera do político de Estado ou a ideias de certos políticos, factualismo sem referências às dimensões conceituais e metodológicas que acabam por naturalizar a história que contam e linearidade cronológica. Assim, a considerar a UFF, não caberia a ideia expressa por Hebe Castro, conforme já reparado por Paulo da Silva (2014), de que “...a historiografia universitária no Brasil já nasceria “nova””, marcada que estaria por abordagens econômicas e sociológicas (CASTRO, 1997).

Há bem poucos registros de dissertações de Niterói que tenham realizado algum debate sobre as disputas entre uma historiografia tradicional a ser superada e uma outra nova a se afirmar. Em entrevista a Corrêa (2001: 52), Vânia Leite Fróes, que foi da primeira turma de mestrado e professora da graduação a partir de 1968, conta que a área de “Econômico-Social” era vista de vanguarda, e a de “Política” tida como tradicional. Isto indica que estudantes podiam pensar nestes termos, mas a rigor, entre as dissertações das três primeiras turmas, apenas duas colocam a questão de uma forma que poderíamos identificar como de conflito entre paradigmas ("Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823" (COELHO, 1978) e "O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia" (GOMES, 1979). Ainda que no geral as dissertações das três primeiras turmas tenham poucos



debates historiográficos ou conceituais e teóricos, observamos que um certo grupo da terceira turma registra maiores reflexões contra o objetivismo e o empiricismo.

Há duas conclusões que gostaríamos de sublinhar. A primeira é a de que na pós de Niterói, durante os anos 1970, não estava resolvida a tensão científica verificada em 1961 no primeiro encontro brasileiros de professores universitários de História e na FNFH entre finais da década de 1950 e início dos anos 1960. Ou seja, não havia ainda o estabelecimento da nova “ortodoxia” (Bourdieu) – o que, ao que tudo indica vai acontecer a partir de 1979 com o retorno ao Brasil de alguns professores, em especial, Ciro Cardoso, Maria Bárbara Levy, Eulália Lobo e Maria Yedda Linhares (FALCON, 2013). Para o período que estudamos, quando lembramos que os docentes Arthur César Ferreira Reis e Pedro Ribeiro orientaram mais da metade das dissertações, e do recurso à contratação de professores norte-americanos, vemos aí fontes da persistência da historiografia “tradicional”. O fato de nos textos das próprias dissertações haver pouca referência a uma disputa de paradigmas, discussões historiográficas, teóricas e metodológicas, é um sintoma da baixa capilaridade das leituras não assentadas no factualismo e no objetivismo. O mesmo nível de inferência que dirigimos à produção da UFF não podemos ter em relação à produção da USP e da UFPR, porque conquanto tenhamos nos valido da leitura da totalidade das dissertações feitas em Niterói no período destacado, para estas outras duas instituições recorreremos a fontes secundárias. Entretanto, estas fontes apontam incisivamente para o fato de que a perspectiva “moderna” tenha se estabelecido hegemonicamente em São Paulo e em Curitiba.

A segunda conclusão é que para pensar a história da historiografia acadêmica é necessário considerar as especificidades regionais e institucionais. A força que os *Annales* tinham nas pós-graduações de Curitiba e de São Paulo não será verificada em Niterói. A UFF ainda levará um tempo para, na construção de uma memória disciplinar, identificar em Bloch, Febvre e companhia a paternidade da historiografia moderna (muito embora possamos perceber semelhanças em algumas dissertações com o que era produzido na

historiografia francesa). A incorporação de referenciais teóricos e metodológicos franceses será fomentada no pós-1979 a partir de historiadores que tiveram passagem pela França (Ciro Cardoso, Maria Yedda Leite Linhares e Maria Bárbara Levy) e pelo conjunto de profissionais do Rio de Janeiro que farão doutorado na USP na década de 1980.

A renitência da historiografia “tradicional” verifica-se em outros tempos e espaços. Para a UnB, “...*não há como não associar à vocação primeira do programa marcas do legado da cultura historiográfica oitocentista...*”(MUNIZ & SALES, 2007) E estudando extensamente a historiografia brasileira da década de 1980, e o que foi naquele momento vinculado como uma nova renovação historiográfica, Fico e Polito trouxeram que

Por outro lado, é um pouco enganoso tomar-se a produtividade crescente dos cursos de pós-graduação como um indicador seguro desta “renovação” ou “virada”. Na verdade, nossos levantamentos dão mostras muito seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados “tradicionais”. A História Política, de viés bastante clássico, ainda continua, por exemplo, muito presente. Do ponto de vista da produção de conhecimento histórico essa mudança ainda está por acontecer, e talvez aconteça nos anos 90. (FICO & POLITO, 1992: 161-2).

O estudo da história da historiografia precisa se valer de análises de base empírica, sob o risco de generalizações incorretas, algo para o qual já alertou Jurandir Malerba (2002). Este artigo contribui neste sentido, a partir da leitura das dissertações produzidas na UFF na década de 1970 e da síntese produzida por outros autores que se dedicaram à USP e à UFPR. O pensamento docente foi investigado a partir dos anais da APUH, mas também se valeu de fontes secundárias. Não se trata, entretanto, de um esgotamento empírico – e procuramos ao longo do texto indicar os limites das nossas colocações. Por fim, destacamos que a valorização de um referencial como o de Bourdieu. Muito embora seu aporte signifique elementos pouco tangenciados nos limites deste artigo (trajetórias, posições institucionais, etc.), sua evocação aqui permite que

a história da historiografia seja vista de forma não idealista, mas entendida como espaço de disputa e poder entre os diferentes agentes.

### Referências

BOURDIEU, P. O campo científico In: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

CAPELATO, M., GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. A escola uspiana de História. In: CAPELATO, M. H. R. (coord.) *Produção histórica no Brasil 1985-1994*. Catálogo de dissertações e teses dos programas de cursos de pós-graduação em História. Volume 1. São Paulo: Xamã, 1995.

CARDOSO, C; BRIGNOLI, H. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARVALHO, W. *O curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense: Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico nos anos 1970*. 448f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CASTRO, H. História social. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (orgs). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COELHO, G. M. *Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823*. 235f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1978.

CÔRREA, C. H. (org.). *Catálogo das dissertações e teses dos Cursos de Pós-graduação em História. 1973-1988*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1987.

CORRÊA, M. A. A. *De que lugares fala essa história? As matrizes teórico-metodológicas da produção discente do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFF (1989-1996)*. 214f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

D'ALESSIO, M. Os Annales no Brasil. Algumas reflexões. In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v.2, n.2, p. 127-142, 1994.

DOSSE, F. *A História em migalhas*. Dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

EL-JAICK, S. *O pensamento político de Simón Bolívar*. 118f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

FALCON, F. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da historiografia*, Ouro Preto, v.6, n. 11, p. 15-32 2013.

FERREIRA, M. de M. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

FICO, C.; POLITO, R. *A História no Brasil (1980-1989)*. Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

FRANZINI, F.; GONTIJO, R. Memória e História da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960 In: SOHIET, R.; ALMEIDA, M. R. C.; AZEVEDO, C.; GONTIJO, R. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GOMES, F. J. da S. *O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia*. 349 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

MACHADO, D. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. *História da historiografia*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 134-151, dez. 2016a.

MACHADO, D. *Por uma “Ciência Histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950 – 1998. 338f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2016.

MALERBA, J. Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 27, p. 27-47, jul. 2002.

MESGRAVIS, L. O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 87-120, mar. 1983.

MOLITERNO, D. A. *A Constituinte de 1823: uma interpretação*. 121f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

MUNIZ, D.; SALES, E. de. Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). *Textos de História*, v. 15, n. 1-2, p. 11-34, 2007.

OLIVEIRA, A. S. *O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo*. 171f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1978.

OLIVEIRA, M. da G.; GONTIJO, R. Sobre a História da Historiografia brasileira: um breve panorama. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, n.472 p. 13-37, jul./set. 2016.

PEREIRA, L. G. *O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. 153f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINTO FILHO, J. D. O sentido do governo Balmaceda (1881-1891). 89 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1978.

ROIZ, D. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

ROIZ, D. & SANTOS, J. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. Leituras e apropriação do movimento dos Annales no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SADLER, D. V. *O pensamento de Sarmiento*. 1979 84f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SILVA, P. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber (1961-1977)*. 2014. 333f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

WESTPHALEN, Cecilia et al. *Simpósio de professores de História do Ensino Superior, 1961, Marília*. São Paulo: S/Ed., 1962.

TEIXEIRA, F. V. *A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915*. 1975. 124f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1976.

TELLES, M. V. *A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira*. 1978. 136f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação*. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História. Niterói. Eduff, 1986.

**Recebido em:** 23 de agosto de 2019

**Aceito em:** 13 de março de 2020